

Elisabete Pinto da Costa

Cultura, conflito e paz: uma abordagem pela teoria da resolução de conflitos

Pró-Reitora da Universidade Lusófona

Professora Auxiliar da Universidade Lusófona

Diretora do Instituto de Mediação da ULP

Investigadora Integrada do Centro de Investigação em Educação e Desenvolvimento (CeIED)

Introdução

Se o fim do debate ideológico bipolar, que se estendeu durante a Guerra Fria, deu lugar a outros debates, um dos quais sobre as tensões culturais a nível internacional, a globalização e a proliferação de meios de comunicação e de informação, assim como a mobilidade migratória, proporcionaram, especialmente, a (re)descoberta da(s) cultura(s). A cultura é geradora de diferença e a abertura e interação culturais geram a necessidade de diálogos potenciadores de reconhecimentos pacíficos.

Os estudos sobre a cultura, o conflito, a cultura de paz e a cultura de violência nas Relações Internacionais não são recentes. Contudo, na década de 90, a par da mudança da ordem internacional, assistiu-se a um especial interesse sobre estes temas por diversos autores (como, Boulding, 1992; Galtung, 1981, 1996a, 1996b, 1997; Lederach, 2003; Fisas, 2004; Ramsbotham et al 2005; Richmond, 2008; Fernandes, 2011), que, inclusive, procuraram refletir em torno de uma proposta pragmática de paz para o mundo.

Neste ensaio procura-se, primeiramente, analisar elementos significativos que permitem compreender o conceito de cultura, numa perspectiva lato sensu, e reconhecer a evolução das teorias de interação entre culturas, para então passar para a análise da associação da cultura com a violência e a paz, tentando responder à questão sobre se se pode “falar” em cultura de violência e cultura de paz?, e, por fim, focar a análise na dimensão cultural do conflito e no seu impacto ao nível da resolução e transformação dos conflitos. Para o efeito, recorreremos a uma pesquisa de índole qualitativa, na medida que se apresenta compreensivista de conceitos e fenómenos, tendo por base a revisão de literatura através da qual se pretende tecer uma linha argumentativa sobre cultura, violência e paz.

Cultura e *ismos*

A noção de cultura é usada, com muita frequência, em diversas áreas das ciências sociais, como referência a normas, valores e bens materiais característicos de determinado grupo. A cultura é o apreendido ou o adquirido, por oposição ao inato ou natural do ser humano. A cultura refere-se aos mitos e aos símbolos que se produzem num tempo e num espaço determinados, focando-se, por exemplo, a antropologia no estudo das práticas culturais e a sociologia no estudo da cultura como fenómeno social (Jiménez, 2004).

Na perspectiva alemã, cultura (Kultur) é o espírito, a alma de uma coletividade, de um povo, enraizada, que integra todas as manifestações vitais de um povo. Já na perspectiva inglesa e americana, o termo é utilizado, numa visão antropológica, para significar o conjunto dos valores e representações de uma sociedade, as suas formas de pensar e de viver. Numa aceção ampla, cultura reporta-se a sistemas, valores e símbolos que servem de intermediação às interações sociais. Nesse sentido, a cultura está ligada à noção de identidade, influencia a construção identitária e concorre para a sua mobilização na língua, na religião, na etnia ou na arte (Sousa & Mendes, 2014).

Não existe uma definição unânime de “cultura”, nem mesmo entre antropólogos (Vieira, 2011). Na Enciclopédia de Paz e Conflitos, Jiménez (2004) apresenta três propostas de definição do conceito de cultura, que

pretendem ser aglutinadoras e, como tal, possíveis de serem aceites como proposta de entendimento global: a) cultura reporta-se à conduta humana socialmente transmitida, que se adquire por experiência e integração com outros seres humanos; b) a cultura é também específica por ser partilhada e transmitida pelos membros de uma sociedade particular; c) a cultura constitui uma espécie de gramática do comportamento. Assim, a cultura pode ser criativa, dialogada, pluralista, comprometida e solidária e também pode ser herdada, partilhada e transmitida de geração em geração (num processo designado de enculturação), transmutada e incrementada (que tendo como referência o legado dos antepassados, adapta-se em função de estratégias de resolução de problemas enfrentados pelas novas gerações e à evolução das formas de vida).

À conceção tradicional de cultura (de aceção positivista e etnocêntrica) veio opor-se a ideia do relativismo cultural. Para a primeira, a cultura refere-se ao conjunto de costumes, usos, crenças e instituições que caracterizam cada agregado humano como específico, sendo que pela comparação de níveis culturais poder-se-ia classificar culturas “superiores” e culturas “inferiores”.

Nos inícios do século XX, Franz Boa (1858-1942) advogou que “não existe uma cultura diversamente realizada por cada um desses agregados humanos, mas antes que cada um desses grupos possui uma cultura diferenciadora” (Jiménez, 2004, p. 209).

Na perspetiva do relativismo cultural, que rejeita classificações valorativas, interessa compreender certos comportamentos de acordo com a dinâmica social de uma população mediante as suas próprias crenças. Não se trata de avaliar culturas, pelo nível de desenvolvimento, seja social, económico, tecnológico, etc, baseando-se em critérios morais culturais. Trata-se, antes, de compreender os indivíduos, os povos e as nações pelos bens materiais e imateriais de uma cultura própria.

No paradigma do pluralismo cultural, surgido na década de 70, assente na premissa da aceitação da diversidade cultural como positiva e plasmado na igualdade de direitos e obrigações e no direito à diferença, afirmou-se primeiramente o multiculturalismo e depois o interculturalismo. O primeiro

foi relevante, sobretudo, pela ideia de “reconhecimento” através da adoção de políticas públicas respeitadoras da diversidade etnocultural das sociedades, embora tenha acabado por revelar carências e limitações em termos de convergência, de coesão social e de convivência cidadã. O segundo foca-se em promover e regular adequadamente a interação sociocultural positiva, no que se pode contribuir através da proximidade, comunicação, aprendizagem, convergência, resolução de conflitos, etc, face à conceção complexa e dinâmica da(s) cultura(s) (Giménez, 2010). O interculturalismo está assim associado ao desenvolvimento social e humano, à cidadania global e ao empoderamento dos indivíduos, enquanto sujeitos culturais.

Na perspectiva de Galtung (1996a, 1981), o mundo pode e deve ser entendido segundo matrizes culturais, consideradas como grandes tradições que norteiam a formação de conceitos e que conferem unidade e sentido às ordens de valores. O autor intitula essas matrizes culturais de cosmologias sociais ou de cosmologismos. Estes radicam não só nas cosmovisões de cada civilização, ou cultura, mas também nas suas estruturas de organização material (Pureza, 2009).

No seio das grandes cosmologias sociais (cosmologia hindu, cosmologia budista, cosmologia confucionista, cosmologia islâmica, cosmologia judaica, cosmologia cristã, cosmologia greco-romana) pode apontar-se tanto traços de permanência como traços de variações. É neste quadro das macroculturas, onde se pode encontrar a cultura profunda dos grupos, que pode se perceber a violência cultural e identificar os desafios que se colocam aos processos de paz.

Segundo a tese Galtuniana, há que tomar consciência da presença da violência na cosmologia, que é coletiva e subconsciente, transcendê-la por meio de subcoletivos que se educam e treinam, adquirem competências, tomam decisões e criam redes de diálogo e cooperação num contexto transnacional, numa lógica de igualdade de género, de reconhecimento de culturas, de desenvolvimento, onde a paz global pode ser construída. Não existem realidades irreversíveis. A paz é um processo dinâmico que deve permear a estrutura e a cultura por meio de desenvolvimento e de empoderamento.

Cultura, violência e paz

A noção de paz não é por si só consensual. É um conceito subjetivo, que está diretamente relacionado com os atores, as distintas ontologias, e especialmente, as distintas abordagens epistemológicas. Numa perspetiva global acerca da paz, importa a capacidade de ação dos indivíduos, das sociedades, dos Estados e das Organizações Internacionais para a construção da paz (ultrapassando a perspetiva redutora de prevenção da violência) (Richmond, 2008).

Será que se pode “falar” em cultura de violência e de cultura de paz?

Galtung (1996a) propõe que se deve transcender uma síndrome triangular da violência (direta, estrutural e cultural), impregnada durante séculos no subconsciente coletivo, para uma síndrome triangular da paz (direta, estrutural e cultural).

A cultura da violência tem sido, ao longo do tempo, interiorizada e inclusive sacralizada por inúmeros setores das mais diversas sociedades, através de mitos, simbolismos, políticas, comportamentos e instituições (Fisas, 2004). O autor apresenta onze fundamentos essenciais que marcam a cultura de violência: o patriarcado e a mística da masculinidade; a busca pela liderança, poder e domínio; a incapacidade para resolver pacificamente os conflitos; o economicismo gerador de desintegração social e o princípio de competição; o militarismo e o monopólio da violência por parte do Estado; os interesses das grandes potências; as interpretações religiosas que permitem matar os outros; as ideologias exclusivistas; o etnocentrismo e a ignorância cultural; a desumanização e a manutenção de estruturas que perpetuam as injustiças e a falta de oportunidade de participação. Estes fundamentos têm contribuído para a “naturalização da violência” (idem, p. 379).

Numa perspetiva teórica realista, a violência pode ser sumariada como um processo utilizado por uns sobre outros para impor a vontade. No sistema vestefaliano as relações de política internacional são exclusivas dos Estados, não existindo um poder acima dos Estados (Sousa & Mendes, 2008) e, neste quadro, o Estado tem sido o principal responsável pela violência.

Esta perspectiva realista da violência tem sido questionada pelas perspectivas críticas, que identificam outras causas e agentes da violência, focados, por exemplo, na estrutura e/ou na cultura.

Numa concepção mais ampla, a cultura de violência refere-se a todos os aspetos da cultura que legitimam a utilização de instrumentos de violência e aprovam a violência em nome da revolução, do fanatismo religioso e de guerras santas, da desqualificação do inimigo ou de ideologias políticas (Fisas, 2004). Pode também associar-se a sentimentos de superioridade ligados à religião e ideologia, língua e arte, à ciência, que se manifestam em termos de racismo, exclusão, etc. (Galtung, 1996a).

Por sua vez, a UNESCO tem advogado a construção da cultura de paz. Na sua carta constitutiva, numa perspectiva sociopsicológica (Fernandes, 2011), está explícito que as guerras nascem nas mentes dos homens e aí deve-se também criar os baluartes da paz. A UNESCO posicionou-se, assim, por uma dinâmica cultural transformadora, criativa e positiva, sustentando que se os homens criaram a guerra e a expandiram também deverão ser capazes de construir a paz e universalizá-la.

No manifesto de 2000, intitulado “Cultivar a paz”, a UNESCO identifica um conjunto de indicadores para a emergência de culturas de paz, a saber: respeitar todas as vidas, recusar a violência com um compromisso positivo com a prática da não violência ativa, desenvolver a capacidade de ser generoso, partilhando tempo e recursos materiais com os demais, escutar na multiplicidade de vozes e de culturas, preservar o planeta através de um consumo responsável e com critérios de justiça, reinventar a solidariedade e reconstruir sólidas relações entre os seres humanos (Martínez, 2004).

A cultura de paz consiste na criação de novas formas de cultivar as relações, independentemente da natureza destas (sejam: interpessoais, familiares, comunitárias, organizacionais, sociais, locais, regionais, nacionais, etc.) Richmond (2008) sustenta que a paz não é ontologicamente anterior à experiência ou à aprendizagem, sendo socialmente construída e imbuída por tendências, métodos e respostas de um mundo subjetivo.

A cultura de paz é, para Guzmán (2004), um compromisso com o presente que tem em consideração as maneiras imperfeitas de fazer a paz no passado, para a construção progressiva de múltiplas maneiras de fazer a paz no futuro. A cultura de paz pressupõe pluralidade cultural, pelo que “não existe *uma* cultura (...) Existem tantas culturas como as diferentes formas de expressão dos povos (...) e “culturas para fazer a paz”, que reclamam o direito à interculturalidade dos cidadãos do mundo.” (idem, p. 210).

Considera-se uma cultura de paz aquela que fomenta a pacificação, associada a estilos de vida, padrões de crenças, valores e partilhas que favoreçam a construção de entendimentos e que seja acompanhada de dinâmicas institucionais que promovam o bem-estar, a igualdade, a administração equitativa dos recursos, a segurança dos indivíduos, das famílias, a identidade dos grupos ou das nações, sem necessidade de recorrer à violência (Boulding, 1991). Ora, a cultura de paz só poderá ser perspectivada perante o desmoronamento de distopias sociais e a transformação de culturas de violência dará espaço a processos de construção de culturas de paz.

Cultura, conflito e resolução de conflitos

O conceito de conflito, estudado por diversos autores (Galtung, 1996a, Lederach, 2003, Fisas, 2004), pode estar associado, numa perspetiva objetiva, à luta de poder ou de escassez de recursos, aos comportamentos competitivos e às desigualdades da estrutura político-económica, e numa perspetiva subjetiva, à incompatibilidade de interesses, de necessidades, de crenças, de princípios ou mesmo de ideologias. Nesta definição sintética e recorrente do conflito não se contempla a diversidade cultural. A diversidade cultural não tem, necessariamente, de constituir-se em conflito (especialmente, em conflito violento), mas terá, necessariamente, de ser considerada na resolução dos conflitos.

Em Política Internacional, a cultura assumiu um papel relevante na economia, tornou-se um instrumento de diplomacia, um elemento de política externa e um fator de compreensão nas relações interculturais, podendo contribuir para a prevenção ou solução dos conflitos (Sousa & Mendes, 2014).

Ramsbotham et al (2005) procuraram compreender se as diferenças culturais influem na resolução de conflitos. Para o efeito, recorreram às teses de três especialistas que apresentam diferentes posicionamentos sobre o assunto em análise. Assim, por exemplo, para J. Burton as diferenças culturais não são relevantes para a resolução dos conflitos, na medida em que a este nível são relevantes as necessidades humanas universais ou genéricas. Para J. Cohen as diferenças culturais devem ser tidas em conta na resolução de conflitos, mas apenas como uma variável entre outras. J. Galtung e também J. Lederach consideram as diferenças culturais muito significativas na resolução de conflitos. Em conformidade com o referido anteriormente, as questões culturais assumem destaque na política, nos negócios, na diplomacia, na arte, na comunicação, etc. revelando diferenças que podem gerar diferendos. As atitudes e comportamentos associados aos conflitos baseiam-se, regra geral, na cultura. Por isso, para atender ao conflito na sua dimensão integral torna-se necessário atender também às questões culturais.

A cultura forma-se também por valores e os conflitos de valores, que se projetam nas relações interpessoais e configuram identidades coletivas, tendem a fomentar a polarização entre grupos. Nesse sentido, convocar a cultura dos indivíduos envolvidos no conflito ajudará a estabelecer vias de maior compreensão e intervenção no conflito. Para a resolução deste tipo de conflitos é conveniente investir muito tempo e atender que nos conflitos de valores existem motivações culturalmente especificadas, enquanto nos conflitos de interesses existem motivações que podem mudar segundo as circunstâncias. Por sua vez, os conflitos de necessidades, que se relacionem com a identidade e a segurança, cruzam-se com valores e até podem ser confundidos. (Redorta, 2007). Nestes casos, compreende-se que não há como resolver os conflitos sem integrar os valores culturais e trabalhar a intercompreensão.

Ramsbotham et al (2005) apontam que a cultura é uma variável considerada recentemente pelos estudiosos da teoria da resolução dos conflitos. Entre as cinco gerações de especialistas - (i) Precursores (1925-1945); ii) Fundadores (1945-1965); iii) Consolidadores (1965-1985); iv) Reconstructores (1985-2005) e v) Universalizadores (2005-...) - na quarta geração as questões

culturais deixam de estar ocultas nos conflitos e na quinta geração a cultura torna-se determinante na resolução dos conflitos.

O conflito pode ser uma oportunidade para produzir paz ao contribuir para a construção de compromissos que envolvam todos os envolvidos. Entre processos para a resolução de conflitos aponta-se, por exemplo, o método dos 3Rs de Galtung (1997): Resolução (focado na resolução do conflito original), Reconstrução (atender aos danos causados) e Reconciliação (ao nível do meta-conflito, atendendo ao passado e com o olhar no futuro). Assim, partindo da premissa da reversibilidade, não obstante os seus limites, a sua complexidade e o carácter de imprevisão (Fisas, 2004), o conflito pode ser uma oportunidade de mudança dos indivíduos, dos contextos e das comunidades.

Pode-se aceitar uma paz imperfeita ou uma paz negativa, resultante de um equilíbrio de poderes, de pressões, de leis ou de sanções, num sistema institucional que visa dessa forma garantir a paz. Pode-se também insistir na paz na vida quotidiana e na(s) sociedade(s), impregnada nos valores, símbolos e práticas sociais. Nesta perspetiva, o comprometimento das dinâmicas políticas, económicas e culturais da vida quotidiana é essencial se se pretende que a paz positiva seja uma paz diária e substitua a epistemologia negativa da paz (Galtung, 1996a; Richmond, 2008). Como advoga Galtung (1996b, p. 177), “Diga-me como se comporta no conflito e eu direi quanta cultura de paz tem (...). A paz é um contexto (interno e externo) para uma forma construtiva de lidar com o conflito, aquela condição humana que pode servir tanto como criadora quanto como destruidora”.

Concordando com Jiménez (2004), no século XXI reclama-se a necessidade de uma cultura de paz, que contrariamente à tese do choque de civilizações de Huntington (1999), entenda as culturas como realidades permeáveis, porosas, influenciáveis e dialogantes. Assim, mesmo que as diferenças culturais possam ser potenciadoras de conflitos, é também no universo cultural que se deve cultivar a empatia, o diálogo, o entendimento e a colaboração, assim como compromissos que permitam, por um lado, de forma temporalmente mais próxima, resolver construtivamente

e criativamente os conflitos e, por outro lado, temporalmente de forma continuada e sustentável gerar a paz integral: direta, cultural e estrutural.

Considerações finais

Vários são os questionamentos em torno da violência e da paz, particularmente quando se opta por uma crítica constante sobre a realidade que vemos e a realidade que pode ser construída. Alguns questionamentos foram logo apresentados no resumo inicial, no qual se aponta o percurso de análise a efetuar ao longo do texto no sentido de contribuir para o entendimento de cultura de violência e de cultura de paz.

A cultura, o conflito, a violência e a paz são assuntos tão antigos como a existência do ser humano. Porém, compreensão destes temas tende a variar consoante a temporalidade, que está sujeita à evolução. Por exemplo, se com o sistema vestefaliano os estudos internacionais focavam sobretudo as questões da ordem internacional pelo papel e poder dos Estados na manutenção da paz, após a Guerra Fria, com a emergência de uma nova ordem mundial (ou desordem mundial), outras questões dilemáticas surgiram no contexto do sistema internacional, como por exemplo, a paz, o desenvolvimento e a ecologia. Nestas temáticas envolvem-se também outros atores (não estatais), que procuram respostas no domínio não só global, mas também local. É nesta perspectiva multinível e de múltiplos atores que se vão construindo as culturas de violência ou de paz.

Partindo da ideia de reversibilidade e de mudança, reconhece-se que cultura pode e deve acompanhar o desafio de suplantar a violência pela paz. Todavia, enquanto, por exemplo e reportando-se a um nível micro e meso, os indivíduos e as comunidades não tornarem a resolução colaborativa, construtiva e pacífica dos conflitos uma prática social e baluarte simbólico cultural continua-se a aceitar permanecer em contextos de cultura de violência, mesmo sem guerras. Nesse sentido, o conhecimento das opções teóricas e conceituais torna-se útil para perceber os (possíveis) processos de construção de culturas de paz no mundo.

Referências bibliográficas

- Boulding, E. (1992). The concept of peace culture. In A. Eide, *Peace and conflict Issues after the Cold War*. UNESCO.
- Guzmán, V. (2004). Cultura de paz. In Mario López Martínez (Dir.). *Enciclopedia de Paz y Conflictos*. Eirene. Instituto de la Paz y los Conflictos. Universidad de Granada.
- Fernandes, A. (2011). *Conflitos e Paz Mundial. A importância da ONU*. Quid Juris.
- Fisas, V. (2004). *Cultura de paz e gestión de conflictos*. Icaria.
- Galtung, J. (1997). *Conflict transformation by peace means: the transcend method*. Management Training Program. United Nations.
- Galtung, J. (1996a). *Peace by peace means. Peace and conflict, development and civilization*. Prio / Sage.
- Galtung, J. (1996b). Cultural peace: some characteristics. In UNESCO, *From a culture of violence to a culture of peace, pp. 75-99*. UNESCO.
- Galtung, J. (1981). Social cosmologies and the concept of peace. *Journal of Peace Research*, 18 (2), 183-199.
- Giménez, C. (2010). *Interculturalidade e mediação*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IPP).
- Lederach, J. (2003). *The little book of conflict transformation*. Intercourse.
- Jiménez, F. (2004) Cultura. In Mario López Martínez (Dir.). *Enciclopedia de Paz y Conflictos*. Eirene. Instituto de la Paz y los Conflictos. Universidad de Granada.
- Pureza, J. (2009). *Construções Teóricas da Paz*. Relatório da Unidade Curricular do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (material policopiado).
- Ramsbotham, O.; Wooshouse, T. & Maill, H. (2005). *Contemporary Conflict Resolution*. Oliver Ramsbotham.
- Redorta, J. (2007). *Cómo analizar los conflictos*. Paidós.
- Richmond, O. (2008). *Peace in International Relations*. Routledge.
- Sousa, F. & Mendes, P. (Coord.) (2014). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento.
- Vieira, R. (2011). *Educação e diversidade cultural. Notas de Antropologia de Educação*. Edições Afrontamento.